

ADOÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL NUMA VISÃO WINNICOTIANA

ADOPTION AND CHILDREN DEVELOPMENT IN THE WINNICOTT PRESPECTIVE

Marlúzia da Cunha B. dos Santos¹
Narjara Medeiros de Macedo²

RESUMO

Diante de um contexto nacional social, jurídico, econômico e de políticas públicas, a questão de adoção de crianças tem tomado proporções diferenciadas, com aspectos legais e afetivos cada vez mais entrelaçados. Na visão da psicologia psicanalítica, chama a atenção o aspecto do desenvolvimento infantil nesse interm de um sujeito que “deixa” um lar e passa a viver em outro contexto social, com novos vínculos afetivos, geralmente, sem nenhuma relação biológica. Nesse contexto, o tema foi escolhido para realização deste artigo, através de um estudo do tipo revisão de literatura integrativo, no intuito de se aprofundar essa relação com base na teoria psicanalítica de Winnicott. O objetivo foi pesquisar as principais influências no desenvolvimento afetivo infantil que são proporcionadas pelo processo de adoção. Para Winnicott, a Teoria do Amadurecimento relaciona uma tendência inata da criança com a influência de um ambiente facilitador e uma mãe suficientemente boa. Um ambiente e pais suficientemente bons que favoreçam um holding contribuem diretamente com o desenvolvimento afetivo infantil, amenizando os traumas e as privações comumente sofridos por crianças adotadas. Assim, sugere-se a realização de mais pesquisas que relacionem a Teoria Winnicottiana com o desenvolvimento infantil de crianças adotadas, considerando novas organizações familiares (monoparentais, homoafetivas, etc), novos papéis sociais no contexto da paternidade e da maternidade, assim como uma dinâmica de vida pós-moderna bem diferente dos anos em que Winnicott fez seus escritos.

Palavras – chave: Winnicott, desenvolvimento infantil, adoção

ABSTRACT

Faced with a national social, legal, economic and public policy context, the issue of adoption of children has taken different proportions, with increasingly intertwined

¹ Marlúzia da Cunha Batista dos Santos – graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI RN – Natal – RN. marluziacb@live.com

² Narjara Medeiros de Macedo – Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFRN. Especialista em Psicologia da Criança e do Adolescente pelo núcleo de estudos sócio culturais da infância e adolescência. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNI RN, Natal – RN. narjaramacedopsi@gmail.com

legal and affective aspects. In the view of psychoanalytic psychology, attention is drawn to the aspect of child development in this context of a subject who "leaves" a home and moves to live in another social context, with new affective bonds, usually without any biological relation. In this context, the theme was chosen for the accomplishment of this article, through a study of the type of integrative literature review, in order to deepen this relationship based on Winnicott 's psychoanalytic theory. The objective was to investigate the main influences on child affective development that are provided by the adoption process. For Winnicott, the Ripening Theory relates an innate tendency of the child to the influence of a facilitating environment and a sufficiently good mother. A sufficiently good environment and parent that favors a holding directly contributes to the affective development of children, alleviating the traumas and deprivations commonly suffered by children. Thus, it is suggested to carry out more research that relates the Winnicottian Theory to the children's development of adopted children, considering new family organizations (single parent, homo-affective, etc.), new social roles in the context of parenthood, as well as a dynamic of postmodern life quite different from the years in which Winnicott did his writings.

Key words: Winnicott, child development, adoption

1. INTRODUÇÃO

Diante de um contexto social, jurídico, econômico e de políticas públicas nacional, a questão de adoção de crianças tem tomado proporções diferenciadas, com aspectos legais e afetivos cada vez mais entrelaçados e avaliados, como se vê nos escritos de Weber (2002; 2010) e Schettini Filho (1998; 2014).

Historicamente, o termo adoção surge na legislação brasileira em 1828 tendo a função de solucionar o problema de casais que não tinham filhos.

Com o passar dos anos, mudanças legais foram ocorrendo até que a prática da adoção é regulamentada em 13 de julho de 1990, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual sofreu também algumas mudanças a partir de 2009, com a Lei 12.010/09, que ficou conhecida como a Nova Lei da Adoção, priorizando dentre tantos outros direitos, a convivência familiar às crianças e aos adolescentes.

O ECA reforça o caráter do vínculo consanguíneo em situações de adoção em seu artigo 19 quando defende que a adoção deve ser uma decisão excepcional, devendo ser pensada apenas em situações em que se torne inviável a permanência da criança e/ou adolescente no seio de sua família biológica.

Na visão da psicologia psicanalítica, chama a atenção o aspecto do desenvolvimento infantil nesse interm de um sujeito que "deixa" um lar e passa a viver em outro contexto social, com novos vínculos afetivos, geralmente, sem nenhuma relação biológica. E é nessa abordagem que Winnicott faz suas

contribuições na área de desenvolvimento e adoção, despertando entre seus escritos um questionamento: que influências tem a adoção no desenvolvimento afetivo infantil?

Responder a essa pergunta atenderá ao objetivo desse trabalho de pesquisar as principais influências no desenvolvimento afetivo infantil que são proporcionadas pelo processo de adoção.

De acordo com Oliveira et al (2012), o desenvolvimento humano acontece com mudanças perpassando todas as fases do ciclo vital, com características previsíveis e específicas de cada fase, desde a infância até a velhice. “[...] algumas mudanças podem ser registradas durante períodos de vulnerabilidade, acarretando no desvio das normas de uma forma extrema, gerando assim, as chamadas crises” (OLIVEIRA ET AL, 2012, p. 79). Estas podem ser consideradas como desenvolvimentais ou previsíveis e acidentais ou situacionais. Para esses autores, é notório que, de uma forma geral, “[...] as crises, e consequentemente as mudanças na vida do indivíduo, variam de acordo com as estruturas da personalidade, fatores biopsicossociais e ambientais ocorridos ao longo do seu desenvolvimento” (FAISAL-CURY; TEDESCO, 2005 apud OLIVEIRA et al, 2012, p. 80).

Referenciando-se às crianças em processo de adoção, vê-se uma mudança de ambiente social, de cuidados e atenção recebidos, que, dependendo da idade em que acontece (a adoção), gera, com frequência, uma crise de adaptação (situacional) sobreposta à outra desenvolvimental.

Nesse contexto, a qualidade da atenção e do cuidado ofertado a essas crianças, acarretando o vínculo e apego entre pais e filho favorecerá o desenvolvimento físico, motor, emocional e afetivo dessas crianças, assim como o amadurecimento desses pais em sua maternidade e paternidade.

O vínculo é formado na medida em que os pais se prontificam a experimentar emocionalmente e vivenciar significativamente o papel de pai e mãe, junto ao seu respectivo filho. É através das primeiras relações de apego que a criança ao longo do desenvolvimento passará a aprender e a lidar apropriadamente com situações como a separação, perda ou luto. A autoconfiança adquirida proporcionará à criança o suporte em períodos de ruptura, desapego e superação em momentos de crise, sejam eles normativos do desenvolvimento ou acidentais (SPITZ, 1980 apud OLIVEIRA et al, 2012, p. 82).

O estigma que ainda paira no senso comum de que a herança biológica de aspectos negativos de crianças adotadas, como vício em drogas e distúrbios de personalidade passa a ser questionado por essa citação de Spitz em que a formação e convivência familiar influenciam diretamente no desenvolvimento e autoconfiança desses indivíduos, com reflexo na vida adulta.

Nesse sentido, Winnicott defende que o processo inato de amadurecimento é a única herança do homem e que depende essencialmente de um meio facilitador. É esse meio facilitador que recebe e cuida desse ser humano frágil, que conduz essas crianças a um desenvolvimento e amadurecimento biopsicoafetivo, como um ser no tempo e no espaço.

Foi então nesse contexto que Winnicott fundamentou sua prática: na teoria do processo de amadurecimento pessoal do indivíduo, o que se tornou para ele a “[...] ‘espinha dorsal’ (*backbone*) do seu trabalho teórico e clínico” (DIAS, 2008, p. 32, grifo do autor). Assim, o amadurecimento seria o resultado de uma interação entre um sujeito frágil e indefeso e um ambiente, no caso, a mãe que protege, cuida e fortalece esse ser como alguém no mundo.

Nesse contexto, o título *Adoção e desenvolvimento infantil numa visão Winnicotiana* foi escolhido para realização deste artigo no intuito de se aprofundar essa temática, considerando os aspectos psicológicos desenvolvimentais, sociais, legais e até contemporâneos que envolvem o processo de adoção infantil na realidade brasileira.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de revisão de literatura integrativa, a partir de uma pesquisa do tipo exploratória que proporciona, “[...] maior familiaridade com o problema, ou seja, tem o intuito de torná-lo mais explícito. Seu principal objetivo é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (FIGUEIREDO, 2009, p. 93).

Foram critérios de inclusão artigos que abordam adoção, a teoria do amadurecimento de Winnicott, e desenvolvimento infantil, publicados nos últimos 5 anos (de 2013 a 2017), sendo, portanto, Adoção, Winnicott e desenvolvimento infantil identificadas como palavras-chave.

Foram excluídos artigos publicados em língua estrangeira e de áreas alheias

A base de consulta de dados foram plataformas acadêmicas e de literatura específica, como Scielo, Winnicott eprints (revista internacional de psicanálise Winnicottiana) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde/ Brasil, que engloba a LILACS, MEDLINE, Index psicologia, LIS, dentre outros).

Na plataforma da BVS, foram aplicados como filtros:

- Base de dados nacionais (Brasil);
- Assunto principal: adoção, criança, psicanálise e desenvolvimento infantil;
- Limite: criança;
- País: Brasil;
- Idioma: português

No total, foram analisados 14 artigos, assim distribuídos: 6 mostravam estudos sobre Adoção entre homoafetivos, 05 estudavam sobre Adoção e institucionalização e apenas 3 artigos abordavam diretamente a relação entre Adoção e Winnicott. As outras 12 publicações selecionadas abordavam as palavras-chave em contextos diversos, do tipo: vínculo afetivo, lugar do filho adotivo, papel do pai no desenvolvimento segundo Winnicott, psicopatologia infantil adotiva, dentre outros, estando todos referenciados ao final deste artigo.

Outras 6 publicações selecionadas foram excluídas pelo fato de, durante a leitura, ter sido identificado que fugiam do tema central, das quais:

Título/ ano de publicação	Resumo
Adoção Homoparental e Preconceito: Crenças de Estudantes de Direito e Serviço Social/ 2015	Este estudo observou que futuros profissionais de direito e serviço social ainda demonstram pouco conhecimento sobre orientação sexual e consequências de adoção por casais homoafetivos.
“Temos a arte para não morrer perante a verdade” (ou simplesmente Luiza)/ 2015	Estudo de caso de uma criança que vivia numa casa lar, que foi analisada por uma terapeuta.
Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos	Por não tratar de adoção de criança e sim, de adolescente, o que foge aos critérios de

contextos para a parentalidade/ 2013	inclusão.
Desafios e possibilidades na adoção/ 2014	Este trabalho aborda a vinculação afetiva com foco nos adotantes, investigando fatores que contribuem para o sucesso da adoção a partir da desconstrução de um filho ideal para um entendimento de um filho real, assim como a possibilidade de devolução da criança e desistência da adoção.
A dinâmica perversa na adoção: interrogando sobre filiação/ 2014	O trabalho discute situações em que o lugar conferido ao adotando no discurso familiar evidencia que a criança é pensada na relação como um objeto de consumo. Reflete sobre demandas perversas na adoção, considerando as relações entre sujeito e outro.
Parentalidades Adotiva e Biológica e Suas Repercussões nas Dinâmicas Conjugais/ 2016	O estudo busca os processos de construção das parentalidades adotivas e biológicas e suas repercussões na conjugalidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre adoção no Brasil remetem a variáveis que vão desde os aspectos históricos e de legislação até os aspectos sociais e psicológicos de adotados e adotantes, dentre tantos outros. Contudo, para fins deste artigo, buscou-se selecionar aqueles que se inseriam nos critérios de inclusão e, inicialmente, chama a atenção a defesa do direito infantil assegurado pela Lei 12010 de 03/08/2009 que estabelece aspectos importantes para este estudo, como por exemplo: podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil e um outro ponto importante é que

O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus

eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica (Art. 48. Lei 12010 de 03/08/2009)

Essa questão do adotante ter acesso ao seu processo de adoção, facilita que ele “reorganize internamente” suas origens. Contudo, faz-se uma crítica ao fato de ser oferecido apoio jurídico e, principalmente, psicológico, apenas se tratar de menores de 18 anos.

Fazendo uma breve análise da legislação, vê-se a imensidão de aspectos sociais e psicológicos que envolvem um processo de adoção para uma criança que, por um processo natural de vida, encontra-se em pleno desenvolvimento físico e afetivo. Quando se pensa, por exemplo, numa reintegração da criança no seio familiar, apesar dos esforços empreendidos, “[...] existem situações em que a família não se encontra apta para receber a criança de volta. Entre as dificuldades estão presentes doenças, dependências (drogas, álcool) e a violência” (SILVA; ARPINI, 2013, p. 130).

Abordando o contexto social de vivências dessas crianças, numa relação entre o ambiente em que elas são inseridas e o seu processo de amadurecimento, Loparic defende que a criança

[...] quer a presença segura da mãe que lhe inspire a *fé* em si mesmo e no mundo. O bebê só adquire a capacidade de usar os seus mecanismos mentais se o seu contato com a mãe-ambiente for satisfatório [...] (LOPARIC, 2017, grifo do autor).

Essa pessoa que lhe supre as necessidades básicas biológicas e afetivas não necessariamente, sua mãe biológica, assume o papel exatamente por essa relação estreita de contato físico e de apego mútuo.

É também a partir da condição de dependência do bebê que Winnicott explica a origem das angústias impensáveis. Elas surgem de falhas no relacionamento da mãe-ambiente com o bebê, antes mesmo que este possa dar conta dessas falhas. [...] O ambiente falha não por frustrar ou por ameaçar [...], mas por não ser confiável e suficiente para assegurar o crescimento e evolução pessoal do ser humano (LOPARIC, 2017).

Algumas concepções baseiam a teoria de Winnicott: a primeira seria de que todo indivíduo é dotado de uma tendência (não de uma determinação) inata ao amadurecimento. E para que ela venha a se realizar, a criança depende

essencialmente “[...] da presença de um ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons. Isso é tanto mais verdadeiro quanto mais primitivo o estágio que consideramos” (DIAS, 2008, p. 33);

A segunda concepção seria que o amadurecimento começa logo após a concepção e não cessa até a morte, quando há saúde. Portanto, é um processo inacabado, um contínuo.

A terceira ideia é que Winnicott concebe em seu conceito de saúde “[...] a existência de dificuldades que pertencem ao próprio fato de estar vivo e de amadurecer” (DIAS, 2008, p. 33). São as falhas ambientais que, em proporções suportáveis, possibilitam desafios e progressos, bases para a autonomia do sujeito.

E a quarta concepção é a de que na existência humana, qualquer aspecto, saudável ou doente, depende do momento ao qual pertence ou que teve origem.

Considerar a teoria Winnicottiana no processo de adoção é valorizar ainda mais a estreita relação afetiva e de contribuição na formação pessoal de uma criança de um ambiente e de uma mãe suficientemente bons, não esquecendo que o processo parte de pessoas que por algum motivo não puderam engravidar e querem ser co-responsáveis pela vida (pelo menos por alguns anos) e constituição do eu de indivíduos “desfavorecidos socialmente” por alguma razão. Incluem-se ainda pessoas que tomam essa iniciativa pelo “simples” ato de adotar, sem qualquer empecilho de engravidar.

Chama a atenção a adoção de crianças mais novas quando se remete à teoria de Winnicott, que

A ênfase da teoria recai sobre os estágios iniciais, pois é nesse período que estão sendo construídos os alicerces da personalidade e da saúde psíquica. As tarefas que caracterizam os estágios iniciais – a integração no tempo e no espaço, a habitação da psique no corpo, o início das relações objetais e a quarta tarefa, constituição do si-mesmo -, jamais se completam e continuam a ser as tarefas fundamentais de toda a vida (DIAS, 2008, p. 34).

Essa questão da idade da criança durante o processo de adoção e seus estágios iniciais, recai sobre o trabalho desenvolvido por John Bowlby e Mary Ainsworth conhecido como Teoria do Apego que propunha um modelo novo para entendimento do desenvolvimento afetivo e social da criança.

Bowlby (1984) postula que o apego entre o bebê e sua mãe é uma expressão de uma necessidade primária, [...], que tem o objetivo de

proteger o bebê que é incapaz de sobreviver sozinho. Este apego estabelecido entre o bebê e sua mãe é o protótipo de todas as relações que serão criadas em seguida (WEBER, 2010, p. 85).

Assim, é no suprimento das necessidades básicas e na qualidade do cuidado oferecido a essas crianças que se criam e se fortalecem os vínculos e o apego entre crianças e pais adotivos.

Para Schettini Filho (1998), é compreendendo essa dinâmica que se descobre a necessidade de a criança ser acolhida em um clima de aceitação e de afeto.

Observe-se que a criança constrói seu afeto, inicialmente, em direção às pessoas que preenchem suas necessidades de alimentação, proteção, higiene, aconchego e do que seja indispensável para o seu crescimento. É ao longo da convivência que o afeto se expressa num mecanismo de troca e substituição (SCHETTINI FILHO, 1998, p. 90).

Para Winnicott, o fator mais relevante no processo de adoção não está em fantasias inconscientes ou desejos dos pais. O essencial no momento dessa decisão encontra-se “[...] na capacidade da família de cuidar de uma criança, adaptando-se às necessidades desta ao longo de seu amadurecimento” (GOMES, 2006, p. 52).

E é nesse amadurecimento que, em sua teoria, Winnicott diferencia três fases: a fase de dependência absoluta, da dependência relativa e a fase rumo à independência.

Para Dias (2008), a fase inicial, de dependência absoluta, inicia em algum momento da vida intra-uterina e segue até um ano ou um ano e meio. É quando ocorre o EU SOU e onde se constituem os alicerces da personalidade.

Na fase da dependência relativa ou do concernimento, a criança torna-se compadecida (*concern*), adquirindo o sentimento de culpa e de responsabilidade pelos resultados de instabilidade, deixando de ser incompadecida (*ruthless*). A criança tem torno de um a dois anos.

Já na fase rumo à independência, a criança passa a lidar com as ansiedades resultantes de suas relações sociais, já percebidas como externas.

Nesta etapa, o ambiente já não tem a mesma importância que tinha nas etapas anteriores, mas é vital que se mantenha estável de maneira a propiciar boas condições para que a criança, despreocupada com a segurança do lar, que se mantém por si mesmo, possa defrontar-se e elaborar sua problemática pessoal interna e não sucumbir em uma neurose (DIAS, 2008, p. 37).

Em meio a todas essas fases do processo de amadurecimento, Winnicott referencia a questão da privação, considerada como a perda de algo bom pela criança. Quando sofrida em período anterior à adoção e quando há um manejo inadequado, pode resultar em sujeitos com tendência anti-social.

Esta tem origem por volta dos dez ou doze meses de idade do bebê, quando ele está entrando na transicionalidade. Porém, o fato de a criança perder (repentinamente) um bom ambiente, aquele que lhe dá condições para que realize as tarefas do estágio de seu amadurecimento, constitui um trauma. Esse tipo de trauma pode fazer com que a criança perca a fé (*faith*) na confiabilidade do ambiente, e assim ela perde também a capacidade de acreditar, decepciona-se e sente que foi “roubada”, passando a cobrar do ambiente esse ônus (GOMES, 2006, p. 58).

A consequência dessas privações para a família adotiva é que, muitas vezes, por ela não ter acompanhado os primeiros estágios da vida do bebê, terá que proporcionar cuidados específicos à adoção, considerando que essas crianças “perderam um ambiente bom abruptamente, repentinamente, ou antes de poderem compreender ou até vivenciar tal perda” (GOMES, 2008, p. 226).

A importância de um manejo adequado surge a partir de outro conceito de Winnicott que se refere “[...] a cuidados específicos dados pela mãe ao bebê, que facilitam a integração psique-soma, ou pelo analista ao paciente em determinados casos” (GOMES, 2008, p. 226).

Um outro problema que envolve a adoção, além de privações sofridas por crianças, é a questão de pais neuróticos em função da esterilidade e/ou sentimento de incapacidade, porque é transferida à adoção a solução de carências e incompletudes.

Para Gomes (2006), apesar da dificuldade de lidar com questões tão delicadas e íntimas como abortos pregressos, infertilidade, ou até mesmo a falta de justificativa por não engravidar, torna-se importante que o casal trabalhe essas questões antes da adoção para que não se corra o risco de cuidados insuficientes com a criança por um período de tempo, pelo fato desses pais não estarem tão disponíveis para amar no início, por não estarem livres ainda de um sentimento de fracasso pessoal.

Os traumas não elaborados e/ou não devidamente interpretados por quem adota favorecem sobremaneira o fracasso de adoções, em função do “[...] surgimento de comportamentos regressivos na criança, sentimento de culpa, vulnerabilidade e comportamentos de imitação [...]” (BORTOLATTO; LOOS;

DELVAN, 2016, p. 227), reproduzindo, muitas vezes, comportamentos vivenciados pela criança com sua família primitiva

Tratando-se da questão de contar à criança o fato de ser adotada, os autores são unânimes em defender que “o segredo” precisa ser revelado, não tendo, contudo, uma idade definida para tal.

“[...] uma vez não falada sua história, recai sobre a criança o escoamento do conflito entre o seu saber inconsciente e o seu não saber consciente” (LIPP et al, 2011, p. 278), Para esses autores, “[...] o silêncio, a omissão e a falta de verdade é que tornam comum a procura por atendimento infantil, devido a queixas relacionadas à dificuldade escolar e problemas de aprendizagem” (Ibid, p. 279).

A opção de pais em manter em sigilo a adoção, tanto do filho quanto da sociedade de forma geral, tem “[...] motivação relacionada aos medos (do abandono, do preconceito, da rejeição) e a inaptidão dos pais adotivos para lidar com suas limitações pessoais” (MAUX; DUTRA, 2010, p. 370).

Para Schettini Filho (2014, p. 72), “O **não-dito** é um instrumento de crueldade, porque surpreende e reduz as possibilidades de o outro se organizar para enfrentar a desordem que, certamente, sobreviverá”.

Para esse mesmo autor, entendendo-se a evolução psicológica da criança, percebe-se a importância das experiências biológicas vivenciadas pelo sujeito adotivo, que aconteceram, no mínimo e com certeza, durante a gravidez e o nascimento. E, em paralelo, a importância da possibilidade dessa criança se defrontar com dois problemas mais relevantes: do desconhecimento de sua origem biológica e da impossibilidade de ter nascido da barriga de sua mãe adotiva.

O filho adotivo terá de aprender – os pais também – a conviver com essa realidade histórica, buscando a solução pelo caminho da ligação afetiva. Na prática, a filiação afetiva terá de superar a filiação biológica. O desejo de ter saído do corpo da mãe adotivo está ligado à garantia de que, dessa forma, diminuiriam as possibilidades de rejeição (SCHETTINI FILHO, 2014, p. 57).

Essa relação afetiva desenvolvida durante um processo de adoção é apresentada por Weber (2002) numa analogia de uma forma lúdica a partir da lenda de Tarzan: um trabalho escrito por Edgar Rice Burroughs em 1912 e reproduzido posteriormente em forma de desenhos animados pelos estúdios Disney.

Assim como em todas as histórias de filhos adotivos, existe um momento de separação da criança e seus pais biológicos. No caso de Tarzan ocorre uma separação involuntária, pois seu pai e sua mãe pereceram ao serem atacados por um leopardo. Quase simultaneamente uma tragédia também abala a vida dos gorilas Kala e Kerchak. De maneira simbólica, as tragédias

das duas famílias são da mesma natureza: o bebê recém-nascido de Kala também morreu ao ser atacado pelo leopardo (WEBER, 2002, p. 30).

Numa analogia semelhante, a história escrita por Carlo Lorenzini Collodi em 1883, e também reproduzida em forma de filme pelos estúdios Disney, Pinóquio, também aborda a temática da adoção, porém, numa vertente monoparental, em que um artesão que era solteiro, Gepeto, cria um boneco de madeira, e faz um pedido a uma estrela de que esse boneco tenha vida.

Este pedido, de maneira análoga, mostra o desejo de muitos casais sem filhos tentando todos os métodos para ter um filho, ou ainda adotantes na fila de espera do juizado, na expectativa de que apareça uma criança, uma vida e os transformem em pais (WEBER, 2002, p. 33).

Falando um pouco, a partir de agora, sobre a avaliação da carência afetiva de crianças e a relação com seus lares, Winnicott (2011) descreve sobre essa importância no desenvolvimento infantil. Para isso, classifica lares desintegrados, o que é muito comum em situações de adoção, em seis categorias: 1) lar bom e normal que é rompido pela morte de um ou ambos os pais; 2) lar rompido pela separação dos pais, que desempenham bem sua função parental; 3) lar rompido pela separação dos pais, que não desempenham bem sua função parental; 4) lar incompleto pela ausência do pai (filho ilegítimo). A mãe é boa; os avós podem assumir a função paterna ou ajudar em alguma medida; 5) lar incompleto pela ausência do pai (filho ilegítimo). A mãe não é boa. 6) E quando nunca houve um lar.

Essa caracterização de lares foi evidenciada de uma forma indireta na literatura consultada a partir de escritos sobre as casas de convivência ou abrigos que cuidam de crianças abandonadas: histórias são contadas a respeito das condições de vida em que essas crianças foram acolhidas, suas condições familiares e sociais de vida antes da adoção, as histórias de adoções por casais homoafetivos que se mostram com organizações psíquicas elaboradas, o que favorecem que ofereçam ambientes suficientemente bons para os adotados, dentre outros exemplos.

Referindo-se a essa convivência “ideal” para essas crianças no ambiente que lhe acolhe, seja casa de acolhimento ou família adotiva, Santos et al (2017) defendem que a convivência da criança ou adolescente com a família adotante precisa ser gradual, haja vista que seria uma violação a separação brusca desses sujeitos de seu convívio atual.

Para esse suporte e mediação, são disponibilizadas pelo Estado equipes multiprofissionais que orientam e acompanham “[...] as etapas de aproximação gradual e a inserção do adotando no lar adotante, respeitando a singularidade e o tempo para a construção dos vínculos dos envolvidos” (SANTOS ET AL, 2017, p. 274).

E é em respeito a essa singularidade e a esse tempo de cada criança, dentro de seu desenvolvimento natural, que se expõe aos potenciais pais adotantes a possibilidade de seus filhos adotados apresentarem comportamentos de apatia, rejeição ou até mesmo agressividade. Contudo, a que se considerar que esses comportamentos de regressão refazem o percurso de vida daquela criança nascer em uma nova família.

É importante observar que quando a criança rejeita os adotantes, ela acaba ferindo o narcisismo e uma imagem idealizada dos adotantes que se mostram “[...] inseguros na assunção dos papéis parentais, mas chorar, querer colo, mamar, fazer birra, testar limites fazem parte do papel de filho, assim como conter, alimentar, cuidar, educar fazem parte do papel dos pais” (SANTOS ET AL, 2017, p. 276).

Para Vercese et al (2015), um dos cuidados com esse processo de desenvolvimento infantil afetivo é que essas crianças se percebam em novos ambientes (seja a instituição ou seus lares com seus pais adotantes) que respeitam suas necessidades, ou, em outras palavras, em um ambiente de holding, de acolhimento.

Em estudo realizado por Maciel et al (2017), os resultados mostraram que essas crianças comumente são incluídas no contexto escolar sem informações concretas sobre sua situação, sobre as mudanças bruscas de rotinas e com consequentes impactos psicológicos e educacionais, através de dificuldades de aprendizagem. Esse contexto, resgata a importância de um acompanhamento psicológico para essas crianças a nível institucional, como também para seus professores e auxiliares. Dessa forma, os eventos diários podem ser vividos e contornados de uma maneira mais amadurecida de ambas as partes, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e psíquico infantil, assim como o domínio dessas situações por professores mais esclarecidos.

Incluindo nesse contexto de cuidadores e crianças institucionalizadas, o ambiente escolar se mostra com o quanto se tem de estímulo de interação social e

desenvolvimento psicoafetivo para essas crianças, que são, em sua essência de vida, carregadas de uma história de traumas sociais e psicológicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram observadas, durante a pesquisa, publicações que abordavam o processo de adoção em três âmbitos principais: no contexto das novas conjunturas sociais de família, como as homoparentais, o processo prévio de adoção em instituições de acolhimento e em estágios de adaptação e, por fim, relacionando à Teoria de Winnicott. Por esse motivo, a análise de dados está apresentada, didaticamente, em três blocos de conteúdo:

4.1 A ADOÇÃO FRENTE ÀS NOVAS CONJUNTURAS SOCIAIS FAMILIARES

Durante a coleta de dados, foram identificadas seis publicações abordando as adoções em contextos homoparentais, referenciando que o aspecto desenvolvimento infantil não tem demonstrado atrasos por esse motivo.

Para Serralha (2013), ao ser considerada, a partir de 1973, uma orientação sexual e não mais uma patologia, a homossexualidade passou a ser considerada uma possibilidade de atração sexual e sentimental não patológica de uma pessoa por outra do mesmo sexo, sendo porém, apenas em 2011 que

As uniões homoafetivas ganharam espaço crescente nos embates sociais e na luta pelos direitos dos homossexuais de constituírem famílias, o que culminou com a conquista do direito à união estável sendo reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) [...] (ROSA ET AL, 2016, p. 211).

Para esses autores, houve na história nacional brasileira uma reformulação do conceito de família, garantindo aos parceiros do mesmo sexo direitos e deveres, com legitimidade de suas uniões.

Em trabalho realizado por Martinez (2013), foi proposta uma reflexão acerca da prerrogativa de que casais homossexuais necessariamente contribuem para o desenvolvimento da homossexualidade de seus filhos, assentada em uma visão normativa de família e daí, ele escreve que

Sabe-se, pela psicanálise, que cada indivíduo é único em suas amarrações e costuras inconscientes, assim como cada família é única e tem seu psicodinamismo próprio. Daí a impossibilidade de se lançar qualquer visão generalista sobre um indivíduo ou sobre um tipo de família. Cada indivíduo

e cada unidade familiar devem ser investigados com base em seu universo próprio (MARTINEZ, 2013, p. 383).

Relacionando-se ao desenvolvimento das crianças adotadas por esses casais, “[...] não existem indícios que comprovem que filhos de pais homoafetivos tendam a apresentar algum comprometimento em seu desenvolvimento que possa ser associado a essa condição” (ROSA ET AL, 2016, p. 221).

Segundo essas mesmas autoras, quanto à definição de papéis parentais, é reconhecida a influência cultural que ainda existe na sociedade, contudo, observa-se também uma adaptação criativa e construção do binômio conjugal e da família que se forma. Assim, de formas particulares, os papéis tendem a ser aprendidos e desempenhados nessas famílias homoafetivas.

Para Dantas e Ferreira (2015), em adoções homoafetivas masculinas o sentido de ser pai atribui um papel de pai e de mãe, quando necessário, sendo que, para resguardar o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos, esses papéis são percebidos como complementares e importantes. É mantido o compromisso de falar a verdade para os filhos. “O sentido de filiação produzido pelas crianças adotadas pelo casal homoafetivo é de que ser adotivo significa ser escolhido e amado” (DANTAS; FERREIRA, 2015, p. 593).

Mesmo criança adotada reconhecendo esse significado de escolha e de ser amado, o que paira no senso comum das sociedades ainda é uma ideia de que esse convívio com uma família homoafetiva influencie a orientação sexual do adotado. Contudo, parafraseando Winnicott (1993 apud CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013), é a qualidade do vínculo, quer seja biológico ou não, estabelecido com seus cuidadores que interfere no desenvolvimento psíquico da criança, e não a orientação sexual dos pais.

Os resultados dos estudos já realizados mostram que não existem diferenças significativas em ajustamento psicológico ou comportamento sexual e de gênero quando são comparadas crianças de famílias heteroafetivas com as de famílias homoafetivas (Goldberg, 2010; Patterson, 2009 apud CERQUEIRA, BOURNE, 2016).

E, por fim, Silva et al (2006 apud CERQUEIRA, BOURNE, 2016) definem que é biológica a base das diferenciações de gênero, contudo, são simbólicas/ sociais as construções que se processam e como se processam.

4.2 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL DURANTE O PROCESSO PRÉVIO DE ADOÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E EM ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO

Vários trabalhos têm sido realizados nas instituições de abrigo de menores que são postos à disposição do Estado para adoção. Na pesquisa realizada, foram identificadas cinco publicações sobre essa temática, dentro dos critérios de inclusão.

É no período de adaptação entre esse segundo lar (instituição) e sua possível terceira casa que a criança precisa de um suporte psicossocial que favoreça e acompanhe seu desenvolvimento, amenizando as consequências do abandono sofrido.

É de fundamental importância que se reconsidere diariamente que cada processo de adoção trata de mudanças de trajetória e reconstrução de vínculos afetivos de crianças vulneráveis tanto no aspecto biológico, quanto social e, principalmente, psíquico.

Além disso, os futuros pais e cuidadores precisam oferecer um ambiente seguro e propício a reconstruções; que eles compreendam a história dos filhos adotados, mostrando-se dispostos a acolhê-los em suas necessidades emocionais, considerando que as marcas que eles carregam provenientes da rejeição e do abandono vão influenciar negativamente no estabelecimento do vínculo com os adotantes pais-filhos.

Partindo do princípio que a forma de comunicação que os bebês estabelecem com o ambiente que lhe cuida é peculiar, e considerando que eles entram em contato com o mundo externo a partir das sensações, por ainda não terem domínio da comunicação verbal, é que se defende que

[...] atos de confiabilidade humana estabelecem uma comunicação muito antes que o discurso signifique algo. Assim, o modo como a mãe olha quando se dirige ao seu bebê, o tom, o som de sua voz, tudo isso é comunicado antes que se compreenda o discurso (WINNICOTT, 1990 APUD SÁ, C. S. C.; JURDI, A. P. S.; PANCIERA, 2017, p. 104)

Em um estudo sobre crianças institucionalizadas, Bragança e Pereira Júnior (2015) reforçam a necessidade de apoio familiar para a criança desde seu nascimento para que se desenvolva um adulto independente e saudável emocionalmente. Porém, crianças que vivem tempos variáveis em instituições de acolhimento, privadas de um convívio familiar, podem ficar com cicatrizes sérias para a vida toda.

Para esses autores, é extremamente relevante o cuidado que se presta às crianças entre o nascimento e os cinco anos de idade, tendo a família, por isso, um papel modulador para esses sujeitos. É nesse período que os estímulos externos, principalmente os decorrentes de situações de rejeição e abandono são mais absorvidos na formação pessoal do indivíduo.

A ruptura do desenvolvimento dessas crianças mostra-se como a maior preocupação nas situações de abrigo, abandono, maus tratos e falta de convívio familiar, segundo Gonçalves (2009 apud BRAGANÇA, PEREIRA JÚNIOR, 2015). Para esses autores, é nos primeiros anos de vida que os estímulos aversivos são absorvidos com maior intensidade e se tornam determinantes para a saúde mental do indivíduo na fase adulta. Por exemplo, a depressão pode ser decorrente de sentimentos de abandono e rejeição nessa infância.

Associando a essas variáveis como estímulos aversivos e abandono, a busca por uma referência materna e paterna constitui para essas crianças abrigadas outro grave problema para seu desenvolvimento.

O alto índice de crianças para um cuidador ou a rotatividade desses profissionais dentro das instituições acaba por prejudicar as necessidades emocionais por afeto, conforto e estimulação dessas crianças, podendo causar a formação insegura de vínculo iniciais, descontinuidade de laços afetivos e dificultar a concepção de si mesma da criança, provocando insegurança pessoal e falta de confiança no outro (FREITAS, 2017, p. 8).

Para essa autora, muitas crianças abrigadas tem o seu desenvolvimento emocional afetado, incluindo dificuldade em confiar nas pessoas o que faz com que elas criem armaduras, tornando-se inacessíveis e, provavelmente, estabelecendo relações interpessoais de forma superficial.

Considerando todas essas interferências no desenvolvimento de uma criança institucionalizada, Feijó e Oliveira (2016) realizaram um trabalho sobre

psicoterapia infantil em função de suas privações afetivas e relações de vínculo e mostraram que o impacto dessas privações para as relações interpessoais dessas crianças em um contexto psicanalítico gerou indicadores emocionais, dos quais: fantasia de morte, de castigo, de superação, possessividade, privação, e busca de uma figura de cuidado substituta.

Diante desses indicadores, numa tentativa de amenizar os traumas vividos por essas crianças institucionalizadas, Hueb (2016) enfatiza a importância desses espaços proporcionarem um ambiente seguro para essas crianças e adolescentes para que possam ser ouvidos e compreendidos na vivência de um processo tão complexo de separação, de novos vínculos, de novas rotinas. Dessa forma, é facilitada a transferência de valores e afetos e, para isso, é preciso que sejam recebidos e cuidados por uma equipe técnica capacitada para lidar com essa gama de aspectos pessoais e coletivos.

Contudo, a realidade brasileira é que, infelizmente, muitas equipes de instituições de acolhimento não possuem “[...] profissionais suficientes para atendimento da demanda institucional, e quando há, geralmente não se sentem totalmente seguros” (HUEB, 2016, p. 36).

4.3 ADOÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA WINNICOTT

A teoria Winnicottiana tem sido abordada por estudiosos da adoção no Brasil ainda de forma incipiente. Com os critérios de inclusão utilizados para essa pesquisa, foram encontradas apenas três publicações que faziam essa relação direta, a saber, os escritos por Vercese et al (2015), Rosa (2014) e Levinzon (2015). Contudo, foram analisados outros artigos selecionados que referenciavam em seu conteúdo a questão de adoção, desenvolvimento infantil ou Winnicott.

“A adoção se caracteriza pela formação de um elo afetivo e jurídico entre uma criança que não pôde ser criada pelos genitores e pais que escolheram criar uma criança com a qual não têm parentesco direto sanguíneo” (LEVINZON, 2015, p. 10)

Pensando no desenvolvimento de crianças em processos de adoção,

Bowlby (1952/2006) enfatizou que é essencial à saúde mental e ao desenvolvimento da personalidade do bebê e da criança pequena a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe biológica ou substituta permanente. Winnicott (1986/2005) apontou o quão prejudiciais são os maus-tratos na infância, acarretando sentimentos de insegurança e atraso no desenvolvimento (HUEB, 2016, p. 31)

Sequelas emocionais e físicas acompanham frequentemente essas crianças que por motivos diversos foram retiradas de seus convívios biológicos ou até mesmo abandonadas por suas famílias primitivas. Esse é um dos motivos da importância de um acompanhamento psicológico tanto de adotantes quanto de adotados: para que os novos vínculos sejam mais ricos em afeto e relações humanas, amenizando os traumas vividos.

De acordo com Rosa (2014), nos textos abordando a Teoria do amadurecimento, Winnicott examina algumas das dificuldades e especificidades nas relações familiares de crianças adotadas e enfatiza, entre outros aspectos, a importância de se compreender a história inicial dessas crianças antes da adoção.

Ele defende que, em situações em que se tem certeza da doação do filho para adoção, que este não tenha a experiência de relações primitivas, como da amamentação com a mãe biológica. Preferencialmente, que seja estabelecida a relação com seus pais adotivos desde cedo, haja vista que uma descoberta de sua prática clínica foi que mesmo sendo poucos os dias de amamentação, eles nunca são esquecidos. Dessa forma, minimiza-se na vida da criança possíveis períodos de confusão, “[...] além de oferecer aos pais adotivos a oportunidade de se sentirem e de serem os principais responsáveis por suas próprias falhas e seus sucessos na tarefa de criar os filhos” (ROSA, 2014, p. 117).

É nesse contexto da convivência e do contato entre adotantes e adotado, que a proposta de desenvolvimento de Winnicott considera o indivíduo como um ser de relações e, como tal, influenciado pelo ambiente. E o sentido desse ambiente é amplo: “[...] significa o ambiente humano com seus afetos, emoções e cuidados, ou ausência deles; o ambiente físico, como as condições climáticas e a posição geográfica em que se vive; e o ambiente cultural e social” (AMIRALIAN, 2013, p. 3).

Para essa autora, nesse ambiente não se pode considerar como secundário o papel do pai na teoria Winnicottiana. “O pai, como ambiente próximo ao bebê, tem um papel fundamental em seu amadurecimento, tanto para as conquistas de um

desenvolvimento saudável como para as perturbações emocionais que podem surgir pelas falhas ocorridas” (AMIRALIAN, 2013, p. 3).

Chama a atenção a descrição de que, em função das mudanças da sociedade, tanto tecnológicas como de valores e dos papéis sociais dos indivíduos, “A maternidade e a paternidade estão se modificando, assim como a família, a escola e as interações humanas. [...] Todavia, a natureza humana não se modifica.” (AMARALIAN, 2013, p. 3). Daí, torna-se necessário repensar a aplicabilidade dos conceitos de Winnicott escritos nas décadas de 40 e 70 para os dias atuais.

E nesse contexto pós-moderno em que papéis sociais e as relações humanas se transformam, ganham importância a monotonia e a continuidade do cuidado como necessidade dos bebês para seu desenvolvimento que, para Winnicott (1988/1990 apud SERRALHA, 2013), é entendida como uma rotina adequada ao grau de amadurecimento da criança no momento.

É na construção dessas relações humanas no processo de adoção que se destaca a parentalidade adotiva. A adoção, como uma decisão, implica adaptação e elaboração psíquica por parte de todos os atores sociais envolvidos.

Teoricamente, a nova família deve suprir condições para o desenvolvimento corporal, emocional e psicológico do filho adotado ocorrer de modo mais saudável (Winnicott, 1954/1997), tal como se espera de um grupo familiar baseado em vínculos biológicos. Nesse mesmo sentido, pais pretendentes à adoção devem se preparar enquanto aguardam a chegada do filho adotivo, assim como os biológicos o fazem durante a gestação, preparação esta que envolve não apenas a aquisição de informações, mas também a construção da parentalidade (HUEB, 2012; OTUKA, SCORSOLINI-COMIN, & SANTOS, 2013; WINNICOTT, 1955/1997; ZORNIG, 2010 APUD MORELLI, SCORSOLINI-COMIN E SANTEIRO, 2015, p. 177).

A partir da construção dessa parentalidade e de uma rotina com ações de acolhimento, o sentimento de confiança da criança na mãe ganha espaço contínua e progressivamente.

A possibilidade de confiar em alguém viabilizará a oportunidade de separar-se posteriormente e de ocupar um lugar de forma inteira para constituir-se como sujeito. O tempo em que o amadurecimento se dá é o tempo de cada criança e a plasticidade com que cada um assimila as mudanças ambientais, assim como a maneira de agir e reagir diante das trocas, variam em cada indivíduo (BAPTISTA; ZAMORA; BITTENCOURT, 2017, p. 67).

Para esse amadurecimento, ganha ênfase a necessidade do holding para as crianças em suas fases de desenvolvimento, num processo de adoção, haja vista

que sustentação e reconhecimento são elementos imprescindíveis na vida afetiva do ser humano.

Para Alvarenga e Bittencourt (2013), a inserção dessa criança em uma nova família, desperta o sentimento de pertencimento a uma nova linhagem e exige o luto das imagens parentais originárias, assim como uma reconstrução de seu romance de origem apoiada nos novos pais. Dessa forma, é esperado que, ao final de um processo de luto pela família biológica, a criança possa conviver com a representação desses pais biológicos (inconsciente) com a dos pais adotivos.

Mesmo elaborando esse luto diante de um ambiente suficientemente bom, a condição de viver em um lar substituto ainda parece, de alguma forma, aumentar a possibilidade de desenvolvimento de conflitos psicológicos, ainda que se considere benéfico à maioria das crianças e dos adolescentes adotivos a vivência nesses lares (EBOLI ET AL, 2015).

Como medida protetiva, ganham importância funções e estilos parentais adequados, de forma que se reconheçam os limites e as potencialidades da criança e se “dose” projeções narcísicas, se acordo como Zanetti e Gomes (2011 apud CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2013).

Nesse contexto, vê-se a importância de se considerar os aspectos psicológicos, assim como uma assistência devida para adotantes e cuidadores, para que se mostrem e se sintam preparados para essa convivência curta (cuidadores) ou para uma vida inteira (pais). Dessa forma, amenizam-se as ansiedades e desejos projetivos desses (cuidadores e pais), assim como as sequelas dos traumas e deprivações trazidas pelas crianças, favorecendo um desenvolvimento afetivo satisfatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado, vê-se nos escritos de Winnicott e nos trabalhos publicados que o desenvolvimento infantil para esse teórico se fundamenta na Teoria do Amadurecimento: uma tendência inata da criança que recebe influência de um ambiente facilitador e de atores sociais, comumente representado por uma figura

de suporte suficientemente boa (um alguém que assume o papel de cuidador). Esse processo de desenvolvimento tem início desde a concepção até a morte do sujeito.

O ambiente e pais suficientemente bons que favoreçam um holding contribuem diretamente no desenvolvimento afetivo infantil, amenizando os traumas e deprivações comumente sofridos por crianças adotadas.

Partindo desse princípio, vê-se que é a partir de uma relação de afeto com as figuras parentais que ocorre um processo de desenvolvimento saudável.

A fase de vida da criança em que houve a ruptura de sua convivência com os pais biológicos, as condições sociais e psicológicas envolvidas e a forma como ocorreu essa separação refletem diretamente em comportamentos futuros de acolhimento ou de rejeição dessas crianças para com seus pais adotantes.

O desenvolvimento afetivo que já teve um primeiro grande impacto pela separação das origens biológicas dessas crianças, precisa ser reconduzido através de um processo de adoção com muito cuidado para que se evite, ao máximo, decepções e novas desconstruções psico-afetivas. Isso tem se tornado frequente em situações de devoluções de crianças, justificadas por inadaptação destas a um modelo idealizado pela família adotante, quando se identifica comportamentos ou doenças que não são “toleráveis” em um filho adotivo.

Por conseguinte, muitas crianças assumem a culpa pelo segundo abandono, mantendo no imaginário a ideia de que não são crianças suficientemente boas e perpetuando o discurso de que ela não serve para fazer parte de uma família. As crianças teriam então dois caminhos: enquadrar-se às expectativas ideais da família que a adota, ou então correr o risco de não se inserir nas relações familiares (MACHADO, FERREIRA, SERON, 2015, p. 78).

Por esse sério problema, esses autores recomendam que se deve refletir a importância de uma preparação para o processo de adoção mais efetiva, com o estágio de convivência bem acompanhado e de forma efetiva, para que as decisões de adoção se tornem mais responsáveis e conscientes das relações afetivas que são construídas.

No decorrer da pesquisa e análise de dados, chamou atenção a publicação de trabalhos realizados sobre desenvolvimento infantil e adoção em novas conjunturas e organizações familiares, como as homoafetivas. É fato observado que, apesar dos estudos atuais não mostrarem interferência na organização sexual de crianças adotadas por casais homossexuais, não se pode fazer uma relação direta e

conclusiva com a teoria do amadurecimento de Winnicott, considerando que seus escritos datam dos anos 40 a 70.

No contexto legal, foi vista uma legislação complexa e assistencial para crianças adotadas, incluindo aspectos defendidos na Teoria de Winnicott. Contudo, a realidade evidencia muitas arestas abertas, considerando que não há, em muitas instituições, proteção ambiental adequada que supra, de fato, as falhas ambientais, assim como não há um trabalho psicossocial de continuidade do ser quando acontece negligência ou intrusão com essas crianças.

Por fim, viu-se a veemente importância de um acompanhamento psicológico para as crianças e para os pais adotivos, frente as possibilidades de comportamentos e reações emocionais de ambos: por parte da criança no sentido de readaptação em um novo contexto familiar, e por parte dos pais no sentido de se ajustarem ao filho real e não imaginário. E como real e adotivo, uma criança com questões potenciais simples relacionados à adoção e ao processo biológico de amadurecimento, assim como uma criança com questões relacionados à vida antes da adoção.

Assim, sugere-se a realização de mais pesquisas que relacionem a Teoria Winnicottiana com o desenvolvimento infantil nos contextos atuais, considerando novas organizações familiares (monoparentais, homoafetivas, etc), novos papéis sociais no contexto da paternidade e da maternidade, assim como uma dinâmica de vida pós-moderna bem diferente dos anos em que Winnicott fez seus escritos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lidia Levy de; BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41-53, jul. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 out. 2017

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. O pai nos dias de hoje e as consequências. Revista Internacional de Psicanálise Winnicottiana – Winnicott e-

prints. v. 8, n. 2 (2013). Disponível em <http://revistas.dwwwe.com.br/index.php/We-Prints/article/view/38>. Acesso em 24/10/2017

Baptista, Rachel; Zamora, Maria Helena, Bittencourt, Maria Inês. Deixando de ser o Menino do Lixão: cuidados em família acolhedora. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, Ano IX, Ed.1, p. 62-73. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=2176-4891&lng=en&nrm=is

Bortolatto, Mariana de Oliveira; Loos, Victória Niebuhr, Delvan, Josiane da Silva. Grupos de estudo e apoio à adoção e o sucesso das adoções. **Revista do departamento de ciências humanas**. Universidade de Santa Cruz do Sul. n. 48. Ano 2016/ 2. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/8319>. Acesso em 24/10/2017

BRAGANÇA, Renata Resende; PEREIRA JUNIOR, Antônio Alexandre. Crianças institucionalizadas: a demora na adoção. **Revista UNINGÁ Review** Vol.21, n.1, pp.XX-XX (Jan - Mar 2015). Disponível em http://www.academia.edu/17880140/Crian%C3%A7as_Institucionalizadas_a_demora_na_ado%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 24/10/2017

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre Conjugalidade e Parentalidades Adotiva e Biológica. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 44, n. 2, pp. 245-256, abr./jun. 2013. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11515>. Acesso em 24/10/2017

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, 18(3), julho-setembro/2013, 507-516. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n3/11.pdf>. Acesso em 24/10/2017

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; BOURNE, Justin. Estereotipia de Gênero nas Brincadeiras de Faz de Conta de Crianças Adotadas por Casais Homoparentais. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 1, p. 125-133, jan./abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v21n1/2175-3563-pusf-21-01-00125.pdf>. Acesso em 24/10/2017

DANTAS, Fabiana de Souza e Silva; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 593-606, set. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 01 nov. 2017

DIAS, Elsa Oliveira. A teoria winnicottiana do amadurecimento como guia da prática clínica. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 29-46, jun. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04/06/2017

EBOLI, Nicole Medeiros Guimarães et al. Parentalidade adotiva e psicopatologia infantil: uma revisão de literatura. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 122-134, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 out. 2017.

FREITAS, Caroline. Criança institucionalizada: a importância da preparação na vivência do processo de adoção. **Psicologia. pt: o portal dos psicólogos**. ISSN 1646-6977 Documento publicado em 22.04.2017. Disponível em http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?crianca-institucionalizada-a-importancia-da-preparacao-na-vivencia-do-processo-de-adocao&codigo=TL0406. Acesso em 24/10/2017

FEIJÓ, Luan Paris; OLIVEIRA, Débora Silva de. Privações afetivas e relações de vínculo: psicoterapia de uma criança institucionalizada. **Contextos Clínicos**, 9(1):72-85, janeiro-junho 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n1/v9n1a07.pdf>. Acesso em 24/10/2017

FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Yendis editora Ltda, 2009

GOMES, Kátia. A adoção à luz da teoria winnicottiana. **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 02/ 06/2017

GOMES, K. P. DA S. O manejo de crianças adotadas a partir da teoria winnicottiana, In.: **Aprender: caderno de filosofia e psicologia da educação**. Ano 6, n. 11, jul. – dez. 2008. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008

HUEB, Martha Franco Diniz. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 out. 2017.

LEI 12010 de 03/08/2009. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12010-3-agosto-2009-590057-norma-pl.html>. Acesso em 15/11/2017

LEVINZON, Gina Khafif. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? **Desidades**. número 7. ano 3. jun 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v7/n7a02.pdf>. Acesso em 01/11/2017

LIPP, L. K.; MELLO, A. B. G.; RIBEIRO, M. M. S. M. O patinho feio no imaginário parental. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XIV n. 2 jul/dez 2011 275-291. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v14n2/a08v14n2.pdf>. Acesso em 02/06/2017

LOPARIC, Z. **Winnicott: uma psicanálise não-edipiana**. Disponível em <http://www.social.stoa.usp.br/carlawanessa>. Acesso em 20/11/2017

MACHADO, Letícia Vler; FERREIRA, Rodrigo Ramires; SERON, Paulo César. Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 65-81, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 out. 2017.

MACIEL, Rafaela de Fátima Moraes; TEODORO, Marília Consolini; ALVES, Jéssika Rodrigues; RIBEIRO, Laura Moraes; QUEIROZ, Luísa Gomes; SERRALHA, Conceição Aparecida. Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. **Revista da SPAGESP**, 18(1), 63-79. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v18n1/v18n1a06.pdf>. Acesso em 24/10/2017

Manual de orientação a trabalhos acadêmicos – UNI-RN / Érika Cristiane dos Santos Ribeiro... [et al.]. 2. ed. – Natal: UNI-RN, 2015. 65 f. Disponível em <http://www.unirn.edu.br/2016/public/pdf/manual-orientacao-trabalhos-academicos-unirn-2016.pdf>. Acesso em 08/06/2017

MARTINEZ, Ana Laura Moraes. Famílias homoparentais: tão diferentes assim? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 371-388, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a04.pdf>. Acesso em 01/11/2017

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05/06/2017

MORELLI, Ana Bárbara; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTEIRO, Tales Vilela. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 175-194, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v27n1/0103-5665-pc-27-01-00175.pdf>. Acesso em 24/10/2017

OLIVEIRA, L. C. B. de; MAIA, E. M. C.; ARAÚJO, P. C. B. A saúde da criança e o brincar. In: **Psicologia, saúde e desenvolvimento humano**. Natal, RN: EDUFRN, 2012

OLIVEIRA, L. C. B. de; MAIA, E. M. C. Desenvolvimento humano: sua importância no processo de saúde na infância e na adolescência. In: **Psicologia, saúde e desenvolvimento humano**. Natal, RN: EDUFRRN, 2012

ROSA, Claudia Dias. Família e adoção: algumas reflexões com base em um caso de Winnicott. **Revista internacional de psicanálise Winnicottiana**. Winnicott e-prints. v. 9, n. 2 (2014). Disponível em <http://revistas.dwwwe.com.br/index.php/We-Prints/index>. Acesso em 24/10/2017

ROSA, Jéssica Moraes et al. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 210-223, mar. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000100210&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001132014>

SÁ, Cristina dos Santos Cardoso de; JURDI, Andrea Perosa Saigh; PANCIERA, Sara Del Prete. Desenvolvimento infantil e o ambiente institucional – experiência com bebês abrigados. **Revista Ciência em Extensão**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 102-111, mar. 2017. ISSN 16794605. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1527. Acesso em: 01 nov. 2017.

SANTOS, Anna Cristina Pereira dos; BOHM, Carlos Henrique; SANTOUCY, Luiza Barros; CAMPOS, Niva Maria Vasques; JESUS, Patrícia Serejo de. Uma década do vivências e convivências: acompanhamento de grupos de famílias adotantes. **Revista de doutrina e jurisprudência**. 52. Brasília, 108 (2). p. 273-282/ JAN – JUN 2017

SERRALHA, Conceição Aparecida. Contribuições da teoria do amadurecimento para o estudo das famílias homoparentais. **Revista Internacional de Psicanálise Americana – Winnicott e-prints**. Série 2, vol. 8, 2013. Disponível em <http://revistas.dwwe.com.br/index.php/We-Prints/issue/view/2>. Acesso em 24/10/2017

SCHETTINI FILHO, L. **Compreendendo o filho adotivo**. 3ª edição - Recife: Edições Bagaço, 1998.

SCHETTINI FILHO, L. **Adoção: origem, segredo, revelação**. – Recife: Bagaço, 2014 – 2ª reimpressão. 124p.

SILVA, M. L.; ARPINI, D. M. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. **Psicol. estud**; 18(1): 125-135, jan.-mar. 2013. Artigo em Português | Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos | ID: psi-58352

VERCEZE, Flávia Angelo et al. Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 92-106, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 out. 2017.

WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. 1ª ed., 2ª tir./ Curitiba: Juruá, 2002. 188p

WEBER, L. **Pais e filhos por adoção no Brasil. Características, expectativas e sentimentos**. 1ª ed. (ano 2001), 9ª reimp./ Curitiba: Juruá, 2010. 274p

WINNICOTT, D. W., 1896-1971. **A família e o desenvolvimento individual**/ D. W. Winnicott; tradução Marcelo Brandão Cipolla. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2011. – (Textos de psicologia)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pela oportunidade de estar concluindo o curso de Psicologia; ao meu esposo pela paciência e apoio nos momentos difíceis do curso e que, juntamente com nossa filha que, mesmo na sua ingenuidade de criança, acabaram abrindo mão de momentos de lazer em função das atividades acadêmicas.

E à professora, mestre e orientadora Narjara, pelo interesse e pela disponibilidade, mostrando-se sempre crítica e participante durante todo o processo de orientação, além de muito criteriosa em função de seu domínio do conteúdo trabalhado.